

**PEQUENOS PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS DE GAVIÃO E NOVA FÁTIMA NA
ELABORAÇÃO DO PPA-P 2008-2011**

ALDA VÂNGELA SILVA SANTOS¹; EDINUSIA MOREIRA CARNEIRO SANTOS²

1. Bolsista FAPESB no Grupo de Pesquisas em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV); graduada em Geografia; Universidade Estadual de Feira de Santana; E-mail: aldinhavs@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail: nusiafs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Participação, Movimentos Sociais, Pequenos Produtores Rurais.

INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual Participativo PPA-P (2008-2011) foi criado como um instrumento para possibilitar uma maior participação da população na elaboração de políticas públicas, buscando a promoção do desenvolvimento econômico e sustentável do estado da Bahia. Com o estabelecimento de novas estratégias de desenvolvimento, tem-se dado maior ênfase a participação da população, para a efetivação de políticas públicas que possibilitem gerar maior crescimento e igualdade econômica. Diante desse cenário, esta pesquisa buscou analisar a participação dos Pequenos Produtores Rurais dos municípios de Gavião e Nova Fátima do Território de Identidade da Bacia do Jacuípe, e dos movimentos sociais que os representam, sindicatos e associações no processo de elaboração do PPA-P, buscando elencar as proposições feitas e os rebatimentos estabelecidos no documento do PPA para os mesmos.

Nesse processo, as associações e sindicatos tiveram um papel essencial ao representar a categoria dos pequenos produtores na sugestão para a elaboração de políticas, buscando através dessa participação contribuir para a criação e aplicação de políticas voltadas para os mesmos. Com a concretização do trabalho de campo ficou evidente que esses movimentos sociais tiveram pouca participação, de forma que a maioria pouco contribuiu, ou mesmo desconhecem esse processo participativo e os que contribuíram, o fizeram apenas no processo de discussões prévias a nível territorial. Uma consequência desse inexpressivo nível de participação é o menor número de ações específicas no PPA direcionadas aos pequenos produtores e que estimulassem à re-inserção ou inserção dos mesmos no mercado e maior dinamização da produção e melhoria da renda.

MATERIAL E MÉTODO

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico para obter o embasamento teórico necessário ao estudo da temática e para a elaboração do referencial teórico, o qual discute conceitos como, Plano Plurianual Participativo PPA-P (2008-2011), participação, movimentos sociais e pequenos produtores rurais, necessários ao estudo da temática. Realizou-se também um levantamento de dados secundários em sites da internet, e no caderno do PPA-P 2008-2011 para entender como se deu o processo de elaboração do PPA-P 2008-2011, e a forma como os movimentos sociais atuaram nesse processo.

Na elaboração do relatório parcial, foram apresentados os dados já sistematizados, além do referencial teórico da pesquisa e uma análise documental do processo de construção do PPA-P 2008-2011, realizada a partir do Relatório da Plenária de elaboração do PPA-P no Território de Identidade da Bacia do Jacuípe. Em seguida foi realizada uma caracterização do referido Território, e um trabalho de campo, com a realização de entrevistas e conversas

informais com os representantes de movimentos sociais. Posteriormente foram realizadas análise e comparações de todo esse material, seguido da elaboração do relatório final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O órgão formulador de políticas públicas para o desenvolvimento do estado da Bahia, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), passou a elaborar, sob determinação da Constituição Federal de 1988, planos orçamentários, como o novo instrumento de planejamento, o PPA, lei de iniciativa do executivo e que contém as diretrizes, objetivos e metas da administração com periodicidade quadrienal, sendo segundo Panponet (2008) um instrumento de planejamento que contempla propostas estratégicas de gestão, de longo prazo e cuja execução não se esgota em um único exercício orçamentário.

Um aspecto importante do PPA é que a elaboração ocorre de forma regionalizada, o que facilita a apresentação de propostas voltadas para o desenvolvimento de territórios que enfrentam problemas específicos. Possibilitando à população expressar suas necessidades e demandas de seus territórios, no planejamento das políticas, e na gestão estadual.

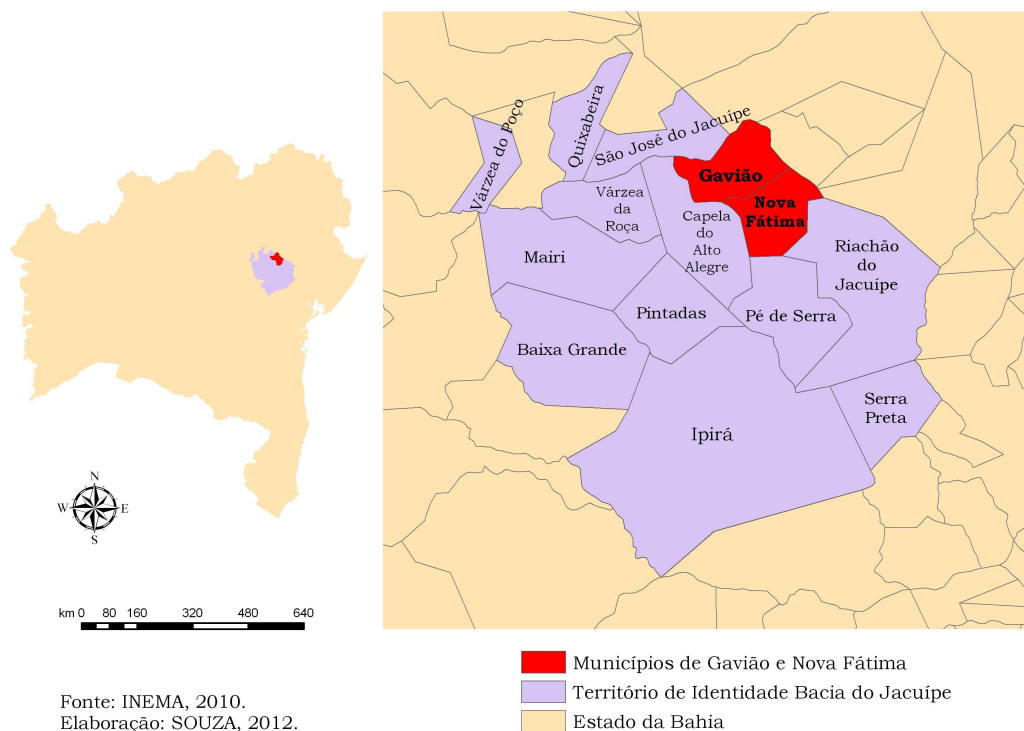
No caso específico da elaboração do PPA- P (2008-2011) foram realizadas plenárias com representantes de todos os territórios, em 17 cidades do estado, entre os meses maio e junho de 2007 e alguns territórios já haviam realizados plenárias prévias para elencar propostas e sugestões. Foram convidadas as entidades dos segmentos sociais que realizaram atividades em cada território, e antes das plenárias os participantes receberam o caderno do PPA- Participativo, no qual estavam estabelecidas as diretrizes estratégicas e as orientações para a realização do processo consultivo (PANPONET, 2008) Os participantes das plenárias puderam apresentar propostas e sugerir alterações sob os textos debatidos nos Eixos de Desenvolvimento e priorizar temas para seus territórios.

Nesse processo, a participação popular foi de extrema relevância, a mesma “compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar as formulações, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social” (VALLA, 1998). Dessa forma, a participação popular se faz essencial para o direcionamento e aplicação de políticas públicas. Vale ressaltar que a participação popular se dá como um processo de intercâmbio entre os segmentos sociais, e o Estado, e que, segundo Teixeira (1997), tal participação implica uma interação continua entre estes diversos agentes, outras instituições políticas e a sociedade como um todo.

Destaca-se, também, que este processo contou com a participação de entidades representativas dos Territórios de Identidade os quais foram criados com a finalidade de colaborar para a promoção do desenvolvimento econômico e social, os mesmos são compostos por agrupamentos de municípios que são unidos por características sociais, culturais, econômicas e geográficas e caracterizam-se como áreas de aplicação do planejamento das políticas públicas estaduais. O Território de Identidade Bacia do Jacuípe, localizado no semiárido é constituído por 14 municípios, cada um com suas especificidades político-administrativas, mas, com suas identidades e semelhanças geofísicas, culturais e econômicas. Os municípios que constituem o Território Bacia do Jacuípe ainda se apresentam com características predominantemente rurais, com a maior parte da população (55%) vivendo na zona rural, dependendo principalmente da agricultura para consumo próprio e a pecuária extensiva. Os municípios analisados, Gavião e Nova Fátima (mapa 1) são carentes de políticas públicas que beneficiem a população local, em especial os pequenos produtores rurais. O PPA-P possibilita a esses municípios e a suas entidades representativas a criação de políticas, porém, faz-se necessário maior participação desse segmento social, para uma maior força na criação de políticas destinadas a seu território, principalmente, porque esses municípios são carentes dessas políticas para um maior desenvolvimento socioeconômico.

Mapa 1

Território de Identidade Bacia do Jacuípe no Estado da Bahia



Os movimentos sociais dos municípios de Gavião e Nova Fátima no Território de Identidade Bacia do Jacuípe apresentaram pequena participação no processo de proposição para a elaboração do PPA-P 2008-2011, isso fica evidente através das conversas informais com representantes das associações e com o representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Fátima.

A participação desses movimentos se deu nas prévias, nas discussões a nível territorial para a eleição de prioridades para a elaboração de políticas essenciais para a categoria. Como consequência desse baixo nível participativo, é menor o número de ações específicas para os pequenos produtores rurais que estimulem a inserção ou re-inserção dos mesmos no mercado e maior dinamização da produção e melhoria de renda.

Outro ponto a se considerar é que a população participa somente dando sugestões e propondo suas necessidades, ficando a elaboração final do PPA a cargo das secretarias estaduais e dos técnicos do governo, não havendo nesse processo final participação da sociedade.

Apesar das adversidades e das críticas sofridas, como a de ser uma forma de cooptação dos movimentos sociais para legitimar um processo de construção de políticas públicas com participação da sociedade; o PPA-P 2008-2011 pode ser considerado um passo de um longo caminho a ser percorrido no sentido de participação social no processo de sugestão e elaboração de políticas públicas, de forma que se chegue a um modelo de construção de políticas mais democrático e que propicie maior desenvolvimento socioeconômico para a população.

O PPA-P é uma conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil, mas, que necessita ainda de melhorias, e de um maior grau de participação nas decisões e nas formulações das políticas públicas.

REFERENCIAS

BAHIA. **Plano Plurianual (2008-2011)**. Salvador, 2008.

PAMPONET, André Silva. **Envolvimento Social na Formulação de Políticas Públicas: O PPA Participativo 2008-2011 na Bahia**. In: Bahia Análise e Dados; Salvador SEI. v. 18 n. 1 p. 001-184 abr./jun. 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da Participação Cidadã**. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997.

VALLA, Victor Vincent. **Sobre Participação Popular: Uma questão de Perspectiva**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14 (Sup. 2):7-18, 1998.